



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682505 - SP (2021/0233518-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARIA CAMILA AZEVEDO BARROS - SP420671
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FABRICIO TEIXEIRA PEDRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FABRICIO TEIXEIRA PEDRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2105702-66.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso preventivamente, em razão da suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

A impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto o paciente seria primário e com residência fixa, tendo a prisão sido embasada apenas na gravidade abstrata do delito, o que não é permitido pelo ordenamento jurídico.

Argumenta que, caso sobrevenha condenação, o paciente poderá vir a ser agraciado com a substituição da pena por restritivas de direitos ou com a fixação do regime aberto, ou seja, situação menos gravosa do que o segregado se encontra.

Defende, por fim, que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas, notadamente em razão da pandemia da covid-19.

Requer, liminarmente, seja permitido ao paciente aguardar em liberdade o trânsito em julgado da ação penal, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se que foram declinados os fundamentos para a revogação da prisão preventiva do paciente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 60-66):

Levando-se em conta a necessidade de garantir a ordem pública e a instrução criminal, não é o caso, na hipótese concreta dos autos, de se permitir que o paciente aguarde em liberdade o transcorrer da ação penal.

Especialmente com a entrada em vigor da Lei nº 12.403/2011, o Juízo de primeiro grau agiu com o devido acerto ao converter a prisão em flagrante do paciente em preventiva, sob o seguinte fundamento: [...].

A materialidade do delito, por ora, está

comprovada por meio dos documentos juntados aos autos.

Há indícios de autoria que recaem sobre o acusado, eis que com ele foi apreendida significativa quantidade de entorpecente (auto de exibição e apreensão de fls.11/12).

Ao delito imputado ao denunciado é cominada pena privativa de liberdade superior a 4 (quatro) anos de reclusão.

Diante desse contexto, entendo que a prisão preventiva, além de ser adequada à gravidade em concreto, é necessária para garantia da ordem pública, à conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.

Quanto à ordem pública, é necessário explicitar que os crimes em comento são de extrema gravidade, cujas penas são cumpridas geralmente em regime inicial fechado, em sua maioria. Nesse sentido, entende o Legislador que, desde que a permanência dos acusados em liberdade possa dar motivo a novos crimes ou cause repercussão danosa no meio social, cabe ao Juiz manter ou decretar a custódia cautelar como garantia da ordem pública, constituindo em verdadeira medida de segurança, para evitar que, sob o manto da impunidade retorne à prática de crime.

Ressalte-se que o acusado foi preso em flagrante delito por crime de tráfico de entorpecentes, delito equiparado a hediondo. Além disso, considerando a natureza e variedade dos entorpecentes apreendidos, bem como as quantidades, entendo que o crime em comento revela potencialidade lesiva intensificada uma vez que a dissipação desta quantidade de droga coloca em risco de forma mais acentuada a saúde pública. Assim sendo, diante da gravidade do caso em comento, entendo que a prisão preventiva se justifica para a garantia da ordem pública, vez que outras medidas cautelares não se mostram adequadas ao caso concreto.

[...].

Não há, portanto, nenhuma irregularidade na decisão que decretou a prisão preventiva (fls. 40/43, dos autos principais), já que suficientemente fundamentada, o que afasta a arguição de constrangimento ilegal a que estivesse sendo submetido o paciente, com ofensa a sua liberdade individual.

Note-se que tal decisão enfrentou o tema, prestando-

se aos fins a que se destina, na medida em que segrega, cautelarmente, agente que praticou, em tese, grave crime de tráfico de drogas, delito este que vem causando intranquilidade e desassossego social, colocando em polvorosa a ordeira população.

Outrossim, não se mostra adequada a aplicação de qualquer outra medida cautelar prevista no artigo 319, do Código de Processo Penal, pois a Lei nº 12.403/11 estabelece que as referidas medidas só poderão ser aplicadas quando ausentes os requisitos da prisão preventiva, o que não ocorre no presente caso.

[...].

Finalmente, não há que se falar em necessidade da liberdade provisória ou conversão em prisão domiciliar do paciente em face do risco da exposição ao vírus Covid-19, pois não consta que ele estivesse sendo submetido a qualquer constrangimento ilegal por ausência da prestação jurisdicional ou mesmo médica no presídio em que se encontra.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência